



RESENHA

RESENHA CRÍTICA DA OBRA 1964: VISÕES CRÍTICAS DO GOLPE - DEMOCRACIA E REFORMAS NO POPULISMO

CRITICAL REVIEW OF THE WORK 1964: CRITICAL PERSPECTIVES ON THE COUP D'ÉTAT - DEMOCRACY AND REFORMS IN POPULISM

RESEÑA CRÍTICA DE LA OBRA 1964: VISIONES CRÍTICAS DEL GOLPE - DEMOCRACIA Y REFORMAS EN EL POPULISMO

ISABELLA SPINDOLA BARBOSA¹
RODRIGO JURUCÊ MATTOS GONÇALVES²
LUCIANA DE SOUZA RAMOS³

INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende resenhar de maneira crítica a obra organizada pelo professor doutor em filosofia Caio Navarro de Toledo intitulada *1964: visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo*, composta por um conjunto de textos produzidos para o

Como citar este artigo:

BARBOSA, Isabella
Spindola;
GONÇALVES, Rodrigo
Jurucê Mattos; RAMOS,
Luciana De Souza.
Resenha crítica da obra
1964: visões críticas do
golpe: democracia e
reformas no populismo.

**Revista de Direito
Socioambiental -
REDIS,**

Morrinhos, Brasil,
v. 03, n. 02, jul./dez.,
2025, p. I-IX.

Data da submissão:
27/06/2025

Data da aprovação:
24/09/2025

¹ Licenciada em História pela Universidade Estadual de Goiás (UEG) câmpus Nordeste sede Formosa, com início do curso em 2016 e conclusão em 2022. Mestranda em História pela UEG, Câmpus Sul com sede em Morrinhos. E-mail de contato: isabellaspindola@gmail.com. CV: <http://lattes.cnpq.br/3587368483577552>. ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-4342-282X>.

² Doutor, mestre e licenciado em História. Estágio de pós-doutorado realizado junto do PPGH/UFG (2018-2021). Professor do Curso de História da Universidade Estadual de Goiás (UEG) e do Programa de Pós-Graduação em História: Cultura e Sociedade, nível mestrado (PPGHIS/UEG).. E-mail de contato: rodrigo.goncalves@ueg.br. CV: <http://lattes.cnpq.br/2132772642943343>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3736-4804>.

³ Docente Ensino Superior no Curso de Direito da Universidade Estadual de Goiás (UEG) Campus Sul - Sede Morrinhos. Docente no curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS), da Universidade Estadual de Goiás (UEG), Campus Sul. Pós-doutorado em Desigualdades Globais e Justiça Social pela UNB e FLACSO. Doutora e Mestra em Direito Constitucional e Teoria do Estado pela Faculdade de Direito da Universidade de Brasília -UNB. E-mail de contato: luciana.souza.ramos@ueg.br. CV: <http://lattes.cnpq.br/1023148491666492>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4655-352X>.

Seminário denominado *O golpe de 64: 30 anos*, realizado no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas em março de 1994. Os textos, produzidos por diversos escritores, ressaltam partes de um passado sombrio que deixou marcas na sociedade brasileira e que deve ser memorado em respeito às suas vítimas, civis que lutaram em prol da democracia, da liberdade de expressão e demais direitos imprescindíveis à vida humana. Portanto, este trabalho aborda os argumentos centrais de cada um dos autores presentes na obra, buscando, além de refletir e problematizar, relacionar as discussões apontadas entre os textos.

A obra conta com um sumário, apresentação, cinco capítulos e um apêndice. Cada capítulo busca abranger importantes aspectos responsáveis por instaurar e perdurar a ditadura militar iniciada em 31 de março de 1964 com término em 15 de março de 1985, entre eles têm-se: I. *Economia*, debatida pelo economista doutor em sociologia Paul Singer e pelo sociólogo Francisco de Oliveira; II. *Política e movimentos sociais*, composto pelo doutor em filosofia Caio Navarro de Toledo, pela doutora em ciência política Argelina C. Figueiredo, cientista política Lucília de Almeida Neves, cientista social João Roberto Martins Filho, Historiador e cientista político I. A. Moniz Bandeira; III. *Esquerdas, militares: A derrota sem resistência*, em que dialogam com os textos desenvolvidos pelo historiador e sociólogo Nelson Werneck Sodré, historiador e cientista social Jacob Gorender e filósofo e cientista jurídico e social João Quartim de Moraes; IV. *Trinta anos depois*, em que constam os textos dos sociólogos Octavio Ianni e Florestan Fernandes; e V. *Depoimento*, escrito pelo editor de livros militante Ênio Silveira. Como elemento pós textual destaca-se o apêndice, disponível no item VI, contendo uma *Bibliografia sobre o golpe de 64*, produzida por Patrícia Trópia, e um tópico a respeito da biografia dos escritores do livro.

1 ECONOMIA

Para refletir os aspectos econômicos no contexto do golpe militar a obra *1964: visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo*, apropria-se dos textos *O significado do conflito distributivo no golpe de 64*, de Paul Singer, e *Dilemas e perspectivas da economia brasileira no pré-64* de Francisco de Oliveira.

Paul Singer aponta que em 1964 o Brasil passava por um grave problema em relação a elevada inflação. O autor aponta de antes do golpe de 64 era inviável a abertura de uma poupança para as classes populares, que para a construção de seus pecúlios, optavam pela compra de terrenos em áreas periféricas. Conforme ressaltado pelo autor, a economia do período dependia totalmente da exportação de mercadorias como o café e, em 1964 e nos anos anteriores, o café consistia em 70 ou 80% do volume dos produtos exportados do Brasil. Nas palavras do autor:

Quando o preço do café caía, o Brasil entrava em crise; quando o preço do café subia havia, não apenas no setor cafeeiro, mas através da expropriação cambial, também no setor industrial. As divisas proporcionadas pela cafeicultura permitiam importar meios de produção. Quando o volume importado crescia, a indústria se acelerava. Portanto, o ritmo de desenvolvimento do Brasil era comandado pelo câmbio, pela exploração e pelo preço do café (Singer, apud. Toledo, 1997, p.16).

Em 1963 o país enfrentava um grave problema com a dívida externa, feita de empréstimos concedidos por instituições inter-governamentais, tais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o Banco Mundial e outros. A inflação alta era um dos meios de transferência de renda das classes trabalhadoras ao capital. E somado a isto, havia o agravante do desencontro do valor do salário e do custo dos bens.

Neste sentido, o movimento operário teve enorme importância para reivindicar melhorias no salário, na época, desproporcional à inflação que, nos anos 60 chegou a 80% ao ano. Cabe lembrar que grande parte da população brasileira ainda vivia no campo no ano 1964 e que sua maioria vivia de sua mão-de-obra, desvalorizada e mal paga, na agricultura.

Apesar de todos os grandes pesares enfrentados no país, a democracia era bem aproveitada pela população, que sempre optava por votar na oposição. Esta afirmação é nítida e reforçada por meio do seguinte trecho:

Linhares perdeu a eleição porque não era a favor de Dutra, Dutra perdeu porque não era a favor de Getúlio, Getúlio morreu, mas Café Filho não conseguiu evitar a eleição de Juscelino, assim como Juscelino não conseguiu evitar a eleição de Jânio Quadros. (Singer, apud. Toledo, 1997, p.18).

Essa rebeldia também pode ser observada em três movimentos sociais do período. O movimento estudantil foi definido pelo autor como “ativo, articulado, forte e com grande impacto na opinião pública” (Singer, apud. Toledo, 1997, p.18). O movimento camponês transgredia as regras estabelecidas pela propriedade privada e recebia grande atenção da mídia, que chegava a prever uma revolução agrícola. Em relação ao movimento operário, cabe destacar que foi um importante meio encontrado pelos trabalhadores para dominar os sindicatos estatais, com maior efervescência em São Paulo. Em 1953, época em que o PT já existia, pedreiros, marceneiros, metalúrgicos e outros trabalhadores mobilizaram-se em São Paulo em uma paralisação que durou cerca de seis semanas e, desde então, essa movimentação do proletariado, tornou-se cada vez mais sólida e organizada, intensificando-se em 1983 dado o surgimento da CUT. Retomando a discussão sobre o período anterior à ditadura, é necessário enfatizar a imprescindibilidade destes movimentos sociais para a ocorrência de reajustes nos salários, que passam a corresponder à inflação graças à Justiça do Trabalho.

Desta forma, cabe destacar que o golpe executado pelas Forças Armadas em 31 de março de 1964 se concretizou sob a égide dos problemas econômicos que assolavam o Brasil no período em

questão, entretanto, o tópico *Dilemas e perspectivas da economia brasileira no pré-64*, de Francisco de Oliveira, problematiza o pré determinismo ideológico muito difundido que caracteriza o golpe de 64 como a única alternativa capaz de conduzir o Brasil rumo à superação da crise econômica enfrentada nos anos anteriores ao golpe.

Além dos aspectos econômicos, é necessário enfatizar a relação política e ideológica por trás do golpe. Dada a revolução cubana, a possibilidade de ocorrer uma revolução deste tipo no Brasil foi uma ideia que a direita temeu de maneira obsessiva, visto que a imprensa, a televisão e o rádio disseminavam a concepção de que a esquerda já estava em ascensão no país e que a democracia seria extinguida por esse espectro político. Após a tomada do poder pelos militares, os movimentos sociais de operários, estudantes e camponeses foram brutalmente reprimidos e o “milagre econômico” ocorrido entre os anos de 1968 e 1976 foi utilizado para justificar e legitimar a derrocada da democracia.

2 POLÍTICA E MOVIMENTOS SOCIAIS

Conforme os colaboradores da obra argumentaram, a democracia fixada em 1946 foi ameaçada diversas vezes. O parlamentarismo, implantando após a tentativa de Jânio Quadros de voltar ao governo e suspender o Congresso, foi visto pelos civis conservadores como uma “solução de compromisso” diante das tentativas de golpe que frequentemente rondavam o Brasil. Nesse contexto, Toledo chama atenção para as condições em que o governo que precedeu ao golpe militar se firmou:

O governo Goulart nasceu, conviveu e morreu sob o signo do golpe de Estado. Durante seus dois anos e meio de existência (setembro de 1961 a março de 1964), um novo contexto político social emergiu no país. Suas características básicas foram: uma intensa e prolongada crise econômico-financeira (recessão e uma inflação com taxas jamais conhecidas); constantes crises político-institucionais; ampla mobilização política das classes populares (as classes médias, a partir de meados de 1963, também entram em cena); fortalecimento do movimento operário e dos trabalhadores do campo; crise do sistema partidário e um inédito acirramento da luta ideológica de classes (Toledo, 1997, p. 31-32).

No período em que o texto de Toledo foi escrito, trinta anos após o governo de Goulart, ainda não havia um consenso a respeito deste governo. Enquanto conservadores e liberais reprovam ferozmente o governo em questão, para alguns grupos de esquerda “tratou-se de um autêntico governo nacionalista, democrático e popular” (Toledo, 1997, p.32), e “para outros, estávamos diante de um governo de caráter populista e reformista burguês, sem nenhum real compromisso com transformações mais amplas de ordem econômico-social” (Toledo, 1997, p.32). Há ainda algumas críticas de grupos da esquerda que vão além: para eles Goulart agiu favorável às classes dominantes e ao imperialismo, entregando o poder para a direita sem nenhuma resistência.

Entretanto, apesar de todas essas críticas, no geral, a esquerda concordava que havia ocorrido, a partir dos primeiros meses de governo de Goulart, um enorme avanço ideológico e político das classes populares, visto que a política avançou rumo a espaços que não a acolhiam em épocas anteriores, como o campo, as fábricas, ruas e demais espaços.

Goulart cumpriu parte de seu mandato sob regime parlamentarista, de setembro de 1961 a janeiro de 1963, entretanto, incapaz de atender as demandas institucionais e administrativas o parlamentarismo foi revogado, dando lugar novamente ao presidencialismo.

Para enfrentar os problemas políticos, sociais e econômicos, foi adotado durante o governo de João Goulart o “Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico-Social: 1963-65”. Elaborado pelo economista e ministro do planejamento Celso Furtado com a ajuda do ministro da Fazenda San Thiago Dantas, o plano em questão buscava combater a inflação, entretanto, falhou em seu propósito. Posteriormente, o envolvimento na compra da American Foreign Power (Amforp), somado ao fracasso Plano Trienal, evidenciou alguns dos sinais da política econômico-financeira antinacional do governo de João Goulart.

Outro aspecto que deve ser destacado sobre o contexto histórico anterior ao início das ditaduras possui relação com a defesa de João Goulart da necessidade de implementação de reformas sociais, necessárias tanto para o aprimoramento do capitalismo industrial do país quanto para a suavização das tensões presentes no campo social. A reforma agrária, embora não possuísse cunho revolucionário, foi duramente rejeitada pelo Congresso e pelos “setores de direita (Ipes/Ibad, ADP, Igreja, Associações femininas, etc) em que alguns eram amplamente financiados pela embaixada norte-americana e por empresas multinacionais, passaram a denunciar a “subversão” e a “comunização do país”. Segundo estes setores, o governo era acusado de estimular a “desordem e a agitação social” (Toledo, 1997, p.36). Sob tais circunstâncias o governo Goulart perdeu força, pois apesar de levantar a bandeira nacionalista e das reformas de base, o governo não priorizou colocar em prática as medidas que fariam jus ao levantamento destas bandeiras.

3 ESQUERDAS, MILITARES: A DERROTA SEM RESISTÊNCIA

Ao discutir a questão *Era o golpe inevitável?*, Nelson Werneck Sodré apontou uma série de golpes ocorridos desde 1945: “o golpe de 1945, imediatamente após o fim da Guerra; o de 1954, que depõe Getúlio Vargas, as tentativas de golpe de 1955 e 61; e o golpe de 1964” (Sodré, apud. Toledo, 1997, p.103). O autor chama atenção para o conflito ideológico que sucedeu a Segunda Guerra Mundial entre as potências EUA e União Soviética, em que com intuito de defender o capitalismo, toda

tentativa de promoção de mudanças no campo político e social era combatido por meio de golpes contra o estado democrático.

Dentro desta reflexão, o autor aponta para o fato de que o golpe de 64 poderia ser evitado caso as instituições brasileiras fossem verdadeiramente democráticas. Nesta discussão, Jacob Gorender, por meio de um viés marxista ressalta que “os acontecimentos históricos e as transformações sociais são o efeito de causas definidas, ocorrendo dentro de um conjunto de determinações” (Gorender, apud. Toledo, 1997, p. 109). Dito isto, Gorender especula que caso alguns meses antes da efetivação do golpe a esquerda estivesse articulada o suficiente, a direita se sentiria intimidada e, desta forma, se evitaria a efetivação do golpe.

Entretanto, dadas as circunstâncias as quais estavam submetidas o Brasil pré ditadura militar, João Quartim de Moraes revela descrença em relação a adoção de outras ferramentas para resolver os problemas presentes no cenário político institucional daquele período. Nas suas palavras “houve um momento em que a vitória dos golpistas se tornou inelutável” (Moraes, apud. Toledo, 1997, p. 118).

4 TRINTA ANOS DEPOIS

Para pensar na conjuntura brasileira de trinta anos após a concretização do golpe, época em que foi organizado o livro, Octávio Ianni chama atenção para o seguinte fato: a partir da década de trinta o Brasil adotava um modelo de desenvolvimento nacional, após a segunda guerra mundial e com o advento da guerra fria opta-se por um modelo de desenvolvimento associado, ou dependente, e após o encerramento da ditadura militar o Brasil a experienciava o capitalismo transnacional, ou globalizado.

Nesta nova configuração, a economia do país voltou-se para o capitalismo mundial, em que as corporações transnacionais e multinacionais passaram a influenciar as práticas governamentais, que dinamizam o sistema bancário, o comércio, a agricultura e a indústria dentro de uma lógica de desestatização e privatização visando apenas a produtividade e lucratividade com vistas a uma suposta modernização estabelecidas pelo Banco Mundial, pela Organização Mundial do Comércio e pelo Fundo Monetário Internacional. Após a ditadura militar a economia brasileira passa a ser entendida não mais como agrária ou em subdesenvolvimento e sim como parte de um mercado emergente do capitalismo globalizado.

5 DEPOIMENTO

Por fim, a obra conta com o depoimento de Ênio Silveira intitulado *A resistência no plano da cultura* no qual o autor expõe sua vivência no período da ditadura militar. Em seu relato ele fala que possuía o costume de reunir-se em sua casa com diversos intelectuais de esquerda. Um deles, Nelson Werneck Sodré, que também colaborou com a produção de um dos textos disponíveis na obra analisada neste trabalho, chegou a elaborar uma lista com os nomes dos militares que anseavam pelo golpe, fazendo-a chegar até Goulart, que infelizmente não tomou nenhuma atitude para evitar a consumação desta ameaça.

Em seguida relata que estava na Rádio Nacional do Rio de Janeiro juntamente com os companheiros Nelson Werneck Sodré, Álvaro Pereira Pinto e Alex Vianni (também autor deste livro) alertando a população brasileira acerca do golpe militar no momento exato em que os militares tomaram o poder. Diante da invasão instantânea dos militares no local em que estavam, os militantes em questão chegaram a esconder-se por vinte e quatro horas na embaixada da Iugoslávia.

Após isso “começou todo um processo de violência e de abusos” (Silveira, apud. Toledo, 1997, p. 152) em que os direitos políticos do editor foram aniquilados por dez anos, sua livraria foi destruída, foi preso sete vezes e respondeu por quatro crimes à Segurança Nacional. Porém, apesar de tantas dificuldades Silveira não se abateu e fez da editora Civilização Brasileira um espaço propício para a disseminação de conhecimentos úteis na luta contra a ditadura.

Embora fosse membro do Partido Comunista, o autor revela que o desejo de ir contra e de lutar contra a ditadura partiu de um lado pessoal, e para isto, usou a editora. O militante destacou alguns dos importantes livros publicados pela editora antes do golpe, entre eles *Breve história do fascismo*, do jornalista e cineasta italiano Mário Fioranni, *Cangaceiros e fanáticos*, de Rui Facó, *Pioneiro e nacionalista*, de Delmiro Gouvea, *O Estado militarista*, de Fred J. Cook, *Introdução à revolução brasileira*, de Nelson Werneck.

Vislumbrando o golpe, com o intuito de conscientizar a população, a Civilização Brasileira lançou a coleção *Cadernos do Povo Brasileiro*, composta por uma série de livros de bolso com preço acessível que discutiam, por exemplo, os interesses de quais camadas sociais os militares buscavam representar e satisfazer. A coleção chegou a contar com entre trinta a quarenta livros, mas acabou sendo suspensa pelos militares. Destaca-se também a coleção lançada em Brasília *Violão de Rua*, que reunia diversos poetas com diferentes posicionamentos ideológicos.

Ênio Silveira passou por grandes dificuldades financeiras, pois os militares proibiram inúmeras livrarias de vender os livros da Civilização Brasileira, proibiram a editora de utilizar o Banco do Brasil e censuraram inúmeros de seus livros, entretanto Silveira seguiu resistindo às ofensivas da censura. Em suas palavras: “Um editor não é um mero mercador de livros, não é um açougueiro que enrola a carne em papel; é alguém que procura colocar a causa à frente dos interesses comerciais”

(Silveira, apud. Toledo, 1997, p. 155). Mais adiante ele reitera: “lutar contra a ditadura foi para mim algo visceralmente necessário” (Silveira, apud. Toledo, 1997, p. 156).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É inegável que a obra utilizada para a realização deste trabalho foi bem sucedida em seu objetivo de discutir de maneira muito responsável o delicado tema da ditadura militar ocorrida no Brasil. É perceptível o cuidado de seu organizador, Caio Navarro de Toledo, em selecionar de maneira muito assertiva os colaboradores do livro, visto que todos eles apresentaram valiosas contribuições na reflexão sobre o tema proposto.

Percebe-se que foram vários os aspectos responsáveis por provocar e manter a ditadura militar. Entre estes destacam-se a crise econômica enfrentada no país, em que a dívida externa e a inflação permeavam o sistema financeiro, a crise ideológica advinda da Guerra Fria, em que, sob influência dos EUA, o medo do comunismo instalou-se e propagou-se rapidamente pelo país, o despreparo do governo de João Goulart para contornar a tentativa do golpe, a desarticulação da esquerda para providenciar meios de barrar o golpe e a própria fragilidade da democracia brasileira.

É sempre necessário refletir este conjunto de fatores, pois a partir disto é possível problematizar a percepção do golpe como se este fosse apenas uma vontade dos militares. Em *O significado da ditadura militar*, Florestan Fernandes lembra da responsabilidade que os civis tiveram na execução e na manutenção do golpe de 1964. Ele ressalta que muitos civis, oriundos e defensores das “famílias tradicionais”, clamaram pela ditadura, estes “viam através da mesma ótica a necessidade da opressão e da repressão, usavam o Estado com o instrumento de “preservação da ordem” e o “meio legal” de defesa coletiva em disputas defensivas e ofensivas para conter “a gatinha em seu lugar” (Fernandes, apud. Toledo, 1997, p. 141).

A obra apresentou as consequências da ditadura militar, a principal delas diz respeito ao cerceamento das liberdades humanas. Foi um longo e brutal período para milhares de brasileiros, entretanto, a resistência de muitos também foi um fato consolidado. Para exemplificar este dado, Toledo convidou o militante de esquerda Ênio Silveira para expor sua experiência na luta contra a ditadura.

REFERÊNCIAS

TOLEDO, Caio Navarro de (Org.). **1964**: Visões críticas do golpe: Democracia e reformas no populismo. Campinas: Unicamp, 1997.

Direitos autorais 2025 – Revista de Direito Socioambiental – ReDiS

Organizadores:

Liliane Pereira Amorim;

Karla Karoline Rodrigues Silva;

Isabel Christina Gonçalves Oliveira;

Giovana Nobre Carvalho.

Editor responsável: Thiago Henrique Costa Silva.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.